



PETROBRÁS INSISTE EM IMPLEMENTAR PLR NA “MARRA”

Em reunião com a FNP, ocorrida na manhã de ontem (12/12), a Petrobrás reafirmou sua questionável proposta de regramento para o pagamento da Participação nos Lucros e Resultados (PLR) e que pretende implementá-la sem nenhuma real negociação com os petroleiros.

EMPRESA DESCONSIDERA PROPOSTA DA FNP

O Sindipetro-RJ realizará assembleias, a partir de hoje (13), com dois pontos de pauta: primeiro, rejeitar a proposta da Petrobrás; segundo, homologar a contraproposta da FNP como referência para nossa disputa.

Iniciaremos assembleias pelos turnos no final de semana e faremos as assembleias nos administrativos na sequência. Fique ligado na divulgação em nosso site da agenda de assembleias!

É importante que toda categoria entenda que o indicativo de rejeição da proposta da Petrobrás pode implicar em não haver outro acordo para assinarmos até 30 de dezembro e ficarmos sem nada receber. Já a homologação da contraproposta da Federação significa mobilizar a categoria e ir à luta para tentar conquistar o que achamos mais justo. Podendo, nesta situação e no caso de abertura de uma mediação, aderir à mesma até esgotar as negociações.

CONTRAPROPOSTA DA FNP

Da parte da FNP e do Sindipetro-RJ, demonstramos nossa boa-fé apresentando uma contraproposta, enviada no último dia 10/12, que incorpora aspectos do modelo vigente até março de 2019, das exigências da negociação realizada ao final de 2018 e das atuais de dezembro de 2019:

- 1 - Conceito de remuneração (sem função gratificada);
- 2 - Gatilho 5 vezes maior, saindo de 10 Bilhões do lucro líquido, para igual ou maior a 50 Bilhões, mas sobre o resultado da soma de impostos, royalties, participações e contribuições, e não em relação ao Lucro líquido (LL). O que também expressaria a magnitude de criação de valor, de riqueza, que a Petrobrás adiciona anualmente à economia do país;
- 3 - Relação piso-teto entre o menor e maior valor pago a título de PLR, com sua redução de 2,5 vezes para 2

vezes, reforçando e reconhecendo o esforço e resultado coletivo, o efeito sinérgico da gestão empresarial. O que restringiria a aplicação dos modelos de remuneração variável instituídos amplamente nas grandes multinacionais e bancos que impulsionaram, gestaram, a profunda crise de 2008 com reflexos até aqui, além de uma enormidade de fraudes empresariais que lesaram a sociedade profundamente (ENRON, VALE, ACIDENTE REFINARIA da BP, etc);

4 - Pagamento por resultados (1 remuneração + 0,5 PLR anterior ou 2 remunerações se não houver PLR), se a Petrobrás entregar ao país 100 Bilhões no somatório de impostos, royalties, participações e contribuições. Demonstrando que a contribuição da Petrobrás para a sociedade brasileira, a partir do trabalho dos petroleiros, não de resume ao seu lucro;

5 - Expurgos/variações exógenas. O que impediria o absurdo que já se viveu na empresa, quando a PLR não foi paga, seja quando se alterou sua política de utilização da capacidade das refinarias, ou seus dirigentes se corromperam e integraram cartéis ou o câmbio sofreu uma variação inesperada diante de uma crise. E a culpa ficou na conta dos trabalhadores, apesar desses terem aumentado seus esforços e alcançado ótimos resultados para reverter cada estrago;

6 - Redutor de PLR restrito às punições relativas à corrupção, nepotismo ou assédio sexual/moral e estabelecido por colegiado (Comitê Disciplinar). Excluindo a questão do 'conflito de interesse' devido à falta de estrita definição do que seria, e pela prática da empresa de tipificar, assim, até profissionais da carreira gerencial que opinem em assembleia de trabalhadores contra uma proposta de ACT da direção, ou no caso de consultores, que também exercem atividade sindical. Fato que abriria a possibilidade de punições arbitrárias, perseguições políticas.

Continua na página 2.

INFORME: CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL

Muitos associados estão procurando o Sindicato para manifestar oposição ao desconto de Contribuição Assistencial. O Sindipetro-RJ esclarece que não foram realizadas assembleias para debater qualquer tipo de Contribuição Assistencial e, portanto, não enviamos nenhum comunicado para a Petrobrás para que tal desconto seja realizado, requisito da Cláusula Assinada. Portanto não há necessidade de qualquer tipo de manifestação à oposição ou o que o valha.

Veja a proposta da FNP <http://bit.ly/cartaPLRFNP>
<http://bit.ly/contrapropostaPLRFNP>

Consulte as propostas a partir das quais se construiu a proposta da FNP
Proposta Petrobrás 2019 <http://bit.ly/REGRAPLR2020>
Modelo PLR vigente até março/2019 <http://bit.ly/acordoPLRvigente>

CORRUPÇÃO E MODELO DE REMUNERAÇÃO VARIÁVEL

Risco moral (Moral hazard): grandes incentivos de curto prazo para a alta direção, pelos resultados imediatos, em detrimento à premiação por projetos de maior rentabilidade para a empresa no médio e longo prazo.

AVALIANDO A POSTURA DA EMPRESA NA PRETENZA MESA DE NEGOCIAÇÃO:

- 1 - A apresentação de uma proposta que nem PLR é;
- 2 - A integralidade de sua política de remuneração variável com PRVE e PPP, que concentra ganhos desproporcionais para a alta gerência (o presidente pode ganhar em prêmios mais de 1000 vezes da menor remuneração paga na empresa) em detrimento da categoria e para aqueles que já recebem a devida recompensa pela competência e exercício de função gratificada e cargo que ocupam;

3 - A instituição de incentivos de curto prazo para a alta gerência vinculado a um plano de venda de ativos e privatização que não premia projetos e ações para a perenidade da empresa.

Fica claro que não há qualquer esforço ou interesse da direção da empresa em cumprir a lei de PLR e o acordo de ACT para se proceder uma negociação efetiva.

De fato, o Governo Bolsonaro implanta na Petrobrás modelo de remuneração variável que turbinou a corrupção nos bancos americanos que deram causa à crise financeira mundial de 2008 ou mesmo, para não ir muito longe, modelo semelhante à VALE das fraudes aos crimes ambientais e assassinatos em Mariana e Brumadinho. E a direção da Petrobrás se faz uma auto-oferta de incentivos de curto prazo, contraditoriamente, em uma indústria, um negócio, de projetos e investimentos de longo prazo e fugindo do controle da lei da PLR.

BANCO DE HORAS: PETROBRÁS AFIRMA QUE ROMPERÁ COMPROMISSO ASSINADO NA MEDIAÇÃO COM O TST

Isto é má-fé negocial ou incompetência do RH?

Em reunião na manhã desta quinta-feira (12), o gerente de Relações Externas da Petrobrás, Fabrício Pereira, informou que descumprirá compromisso firmado com o Tribunal Superior do Trabalho (TST) ao afirmar que vai implantar a nova regulamentação do Banco de Horas no dia 1º de janeiro.

Isto, embora o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) assinado preveja um prazo de 120 dias para negociação do regramento. Pereira demonstrou, assim, inflexibilidade para fazê-lo com os sindicatos.

Portanto, essa “inabilidade” da gerência de Relações Externas provocou uma tensão entre os participantes da mesa de “negociação” ao ponto da reunião ter que ser interrompida por alguns minutos. “Não há acordo sobre a implementação do banco de horas em janeiro”, deixaram claro os dirigentes da FNP. Veja o vídeo em que os diretores da FNP falam sobre a reunião: <http://bit.ly/bancohorasPLR>

Nesse contexto, o despreparo técnico do gerente de Relações Externas fica evidenciado quando, apesar do TST ter proposto um piso para negociação do regramento, ele propõe iniciar a negociação da comissão com um rebaixamento do piso, que já foi aceito pela empresa. Um insulto à categoria!

Vale destacar que a comissão estabelecida é para negociar e viabilizar um acordo que não ignore as diferenças e peculiaridades vinculadas ao seu fato gerador e à condição de realização das respectivas horas-extras, bem como minorar os danos concretos do banco de horas contra os direitos dos trabalhadores, sejam os de saúde ou remuneratórios.

Assim, a situação grave e caótica da ingerência e falta de técnica no trato real das complexidades das atividades da Petrobrás escancara, mais uma vez, a miopia do RH. Pode-se dizer ainda que o incidente de hoje é fruto do descaso e despreparo da atual direção, que desconhece a realidade do Sistema Petrobrás.

A FNP entende que essa comissão é importante para tentar mitigar os efeitos do Banco de Horas que, infelizmente, foi acordado entre Petrobrás, TST e FUP, e defende a exclusão de parte das horas extras do banco de horas (ex; dobra de turno, HE de finais de semana), porém, com a postura antidemocrática do representante do RH dificilmente avançaremos na mesa de negociação. Vamos à luta contra o descumprimento do Acordo e por um regramento justo do Banco de Horas!

Sindipetro RJ

Sindicato dos Petroleiros do Rio de Janeiro
www.sindipetro.org.br

☎(21)3034-7300/7326

Comunicação: Antony, Carla Marinho, Coaracy, Eduardo Henrique, Gustavo Marun, Natália Russo, Vinícius Camargo | ☎(21)3034-7307/7337

Edição e Redação: André Pelliccione (MTb 19.301) e Regina Quintanilha (MTb 17.445-RJ)

Secretaria: Ronaldo Martins | **Designer Gráfica:** Adriana Gulias

Projeto Gráfico: Caio Amorim | **Impressão:** MEC | **Tiragem:** 7.500

SINDIPETRO-RJ PEDE REUNIÃO COM PETROBRÁS PARA DISCUTIR TURNO DE 12H

Na última quarta-feira (11), o Sindipetro-RJ enviou ofício à Petrobras solicitando reunião com o RH da empresa e com as gerências locais do CENPES, COMPERJ, ARM-Rio, Estaleiro Inhaúma e FRONAPE. O objetivo é discutir a possibilidade de adoção do turno de 12h, uma reivindicação dos petroleiros dessas unidades, referendada inclusive nas assembleias de base realizadas em 2018. Naquela época, embora o turno de 12h já fosse o desejo dos trabalhadores, a Petrobrás se recusava a admitir qualquer negociação sobre o assunto. A oportunidade de discutir o tema, contudo, foi reaberta agora com a assinatura do ACT 2019, cuja cláusula 50ª facilita a implantação do turno de 12h.

Até o momento, o RH da Petrobrás ainda não respondeu à solicitação do sindicato.

O assunto também está em pauta na UTE-BLS/BF, onde, a partir da demanda de uma parcela dos trabalhadores, o Sindicato vem conversando com a hierarquia local e está buscando organizar um debate amplo com os trabalhadores, após o qual pretende realizar assembleias específicas.

TABELA DE TURNO:

NÃO VOTEM

O Sindicato orienta que os trabalhadores não votem nas tabelas apresentadas pela hierarquia da empresa, ao menos por enquanto. Ainda mais que na UTE-BLS/BF fizemos todo um debate justamente sobre tabela de turno e, a partir desse debate, foi definida a tabela atualmente vigente. Não é demais lembrar que um dos motivos pelos quais a hierarquia privatista da empresa quer mudar as tabelas é se livrar de passivos trabalhistas.

A empresa também não está cumprindo o ACT, pois no mesmo ficou acertado que seria constituída uma comissão para tratar dessa questão, fato que não ocorreu formalmente, apesar de terem acontecido algumas reuniões, onde o Sindipetro-RJ solicitou um prazo maior à empresa, para que a questão fosse amplamente debatida com os trabalhadores. O Jurídico do sindicato está aprofundando um parecer sobre o tema.



ATO NA ABI LANÇA FRENTE ESTADUAL EM DEFESA DA PETROBRÁS E DA SOBERANIA NACIONAL

Com o auditório da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) completamente lotado, foi realizado na noite de ontem (12/12) o ato de lançamento oficial da Frente Estadual em Defesa da Petrobrás, da Soberania Nacional e do Desenvolvimento.

Na abertura da manifestação foi lido o manifesto da Frente, intitulado 'País que entrega seu petróleo entrega também sua soberania', com duras críticas às tentativas do governo de entregar o Pré-Sal e parte das refinarias da Petrobrás ao capital privado. O documento também denunciou a

ameaça de privatização que paira sobre outras importantes estatais, como Eletrobrás, BNDES, Caixa Econômica e Banco do Brasil.

A mesa principal do evento foi composta por FNP, FUP, Clube de Engenharia, Aepet, ABI e Frente Nacional em Defesa da Petrobrás, da Soberania Nacional e do Desenvolvimento.

Participaram ainda representantes de centrais sindicais, Crea-RJ, Modecon, UNE e parlamentares. O ato foi encerrado com o chamamento a uma campanha nacional contra as privatizações, em todos os níveis.

SAÚDE MUNICIPAL EM LUTA

O Sindipetro-RJ manifesta seu total apoio às lutas e mobilizações dos servidores terceirizados da saúde municipal do Rio, que há três meses estão sem salários devido à total irresponsabilidade e falta de compromisso da gestão Marcelo Crivella com a oferta de uma saúde pública, gratuita e universal para toda a população.

Além de não receberem seus salários em dia, os servidores convivem diariamente com uma rede de unidades de saúde – como hospitais, clínicas da família, ambulatórios e centros de atenção psicossocial – completamente sucateada, na qual tornou-se crônica a falta de medicamentos e materiais necessários à realização dos mais variados exames.

Para agravar o quadro, no início deste ano a gestão Crivella acabou com 200 equipes de saúde da família, provocando a demissão de 2.500 profissionais vinculados às organizações sociais (OSs) e deixando milhares de pessoas sem atendimento na rede municipal. O prefeito também contingenciou cerca de R\$ 1,04 bilhão dos R\$ 5,2 bilhões do orçamento previsto para a saúde em 2019, segundo levantamento feito pelo Sistema de Acompanhamento da Câmara Municipal (Fincon).

Cumpra ressaltar que as OSs são, na verdade, ONGs que administram os principais hospitais da rede municipal, como Pedro II, Rocha Faria e Albert Schweitzer, entre outros. Essas organizações são, em essência, regidas pela lógica do lucro, embora se apresentem como instituições do chamado 'terceiro setor'. Na prática, as OSs são uma forma disfarçada de privatização, o que atenta contra os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), pois saúde não é mercadoria. Saúde é dever do Estado e direito da população.

Todo apoio à luta da saúde municipal!

CAs DA TRANSPETRO E DA PETROBRÁS:

FNP PARTICIPA DAS COMISSÕES ELEITORAIS - A Transpetro deve divulgar hoje, sexta-feira (13) o edital com as informações pertinentes, de acordo com o que foi decidido nas duas reuniões realizadas esse ano. O período de inscrição está previsto para ocorrer entre os dias 16 e 20 de dezembro.

Como de costume, o processo eleitoral está sendo conduzido por uma Comissão composta por representantes da empresa e dos trabalhadores (sindicatos). A FNP está participando da Comissão para eleição do CA da Transpetro com os dirigentes: Márcio André - LP e Eduardo Brito - SJC.

CA Petrobrás - Em relação à eleição para o C.A da Petrobrás, a reunião da Comissão, com a participação dos representantes dos sindicatos, deverá ocorrer em breve. A FNP participa da com os seguintes diretores: Clarckson Messias - AL/SE e Lourival Júnior-PA/AM/MA/AP.

TERÇA 17/12 18h

Debate CHILE
Uma rebelião em curso

DEBATEDORES:

- Américo Gomes - Liga Internacional dos Trabalhadores
- Rejane Carolina Hoeveler - Historiadora da Resistência Psol
- Luiz Rodolfo Viveiros de Castro (Galola) - viveu no Chile de 1970 até depois do golpe de 1973
- Hiran Roedel - Historiador, membro da direção do PCB e vice-presidente da Casa da América Latina

Auditório Av. Passos, 34

Sindipetro RJ FNP

18/12 ÀS 18h30

HAPPY HOUR
pra todes!

**"Mais diversidade meu amor!
Sem opressão, por favor!"**

Confraternização de fim de ano para todes es empregades LGBTQs, Mulheres, Negres, Pessoas com Deficiência, Imigrantes, indígenas, e outros petroleiros, próprios e terceiros.

No Contemporâneo Lapa
Av. Gomes Freire 625, Loja A
Com performance teatral "As So Fridas"

DIA DE DIVERSIDADE E COMBATE ÀS OPRESSÕES

RECESSO DE FINAL DE ANO

ATENÇÃO! - O Sindipetro-RJ estará fechado nos dias 20/12 (confraternização dos funcionários e diretores), 24 e 25/12 (festejos natalinos) e 31/12 e 1º de janeiro de 2020 (comemoração de passagem de ano).

JURÍDICO - Acompanhando o recesso judiciário, de 20/12/2019 a 20/01/2020, neste período o Jurídico do Sindicato realizará trabalho interno e atendimento apenas por agendamento. Para marcar atendimento, entre em contato pelos telefones (21) 3034-7318 ou (21) 3034-7319 ou envie e-mail para juridico@sindipetro.org.br